

# Desenvolvimento agrícola ou CONSERVAÇÃO AMBIENTAL?

Um fato real que tem sido observado em diversas regiões brasileiras quando há mudança na forma de produção local, passando de extrativismo e/ou de subsistência para a de produção em larga escala, é o desenvolvimento regional. Impulsionando uma urbanização mais confortável e com maiores opções, principalmente com a instalação de maior quantitativo de leitos hospitalares, de especialidades médicas, de vagas escolares desde o materno-infantil até os cursos superiores, surgimento de diversas opções de lazer, gerando como conjunto um melhor IDH regional. Aspectos amplamente confirmados na região Centro-oeste e no Mapitoba (Maranhão/Piauí/Tocantins/Balsas), sendo considerada a mais importante fronteira agrícola do Norte/Nordeste, onde as pessoas viviam praticamente na pobreza, com opções muito precárias de saúde, educação ou lazer, associado ao fato da criação de empregos para uma população que não tinha perspectiva de mudança de vida.

Mas deixando a euforia de lado, deve-se lembrar do viés ambiental, que está englobado na sustentabilidade, que tem sido delegado a um segundo plano em muitas ocasiões, quando ocorre a explosão econômica numa região. Havendo um receio extremamente inibidor de se ao menos tentar uma produção local, visando-se apenas a preservação dos ecossistemas, truncando as perspectivas de sobrevivên-



**GILBERTO YOKOMIZO**

Engenheiro Agrônomo  
Pesquisador da Embrapa-AP

cia com dignidade, que tem trazido prejuízos ao desenvolvimento regional em diversas localidades, até o total esquecimento por parte dos órgãos governamentais principalmente após o retorno em termos de divisas monetárias aos cofres públicos. Desta forma deve-se buscar um equilíbrio entre o passado conservacionista com o futuro empreendedor, não permitindo o prejuízo de nenhuma das duas partes. Para isso, os órgãos governamentais, principalmente de meio ambiente, de produção agrícola e de ciência e tecnologia, além de outros, devem dialogar de forma intensa e sem mágoas, havendo permissão total para a integração de ações que permitam que a produção agrícola atinja um meio termo, entre geração de renda às pessoas envolvidas no setor e aos municípios e Estado; enquanto que do outro lado que haja conservação dos ecossistemas que podem ser atingidos, beneficiando ambos os lados.

No Amapá está em início este processo, passando-se de um receio radical contra a agricultura em larga escala para o surgimento dos primeiros empreendimentos de produção. Uma situação muito propícia ainda para que os órgãos governamentais possam manter o equilíbrio necessário para a sustentabilidade regional.



**Para isso, os órgãos governamentais, principalmente de meio ambiente, de produção agrícola e de ciência e tecnologia, além de outros, devem dialogar de forma intensa e sem mágoas, havendo permissão total para a integração de ações que permitam que a produção agrícola atinja um meio termo**